



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE - ESTADO DE PERNAMBUCO.

**EUCLIDES ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, graniteiro, portador da cédula de identidade nº 44.175.626-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 409.709.038-04, residente e domiciliado no Sítio Cunha, s/n, Lívio Tenório - São José da Coroa Grande/PE, , vem, através de seus bastantes procuradores e advogados infra-assinados, constantes da procuração anexa, com endereço profissional no rodapé, onde recebem as intimações legais, e-mail: ilinsrocha@hotmail.com, à presença de Vossa Excelência, propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA REFERENTE À**

**INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede a Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, bairro Centro, município do Rio



(81) 3675-3714 | (81) 9.8749-4527



Rua Dom Luiz, 252, 1º Andar - Centro  
Barreiros - PE - CEP: 55560-000



www.linsrocha.adv.br





de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205, diante os motivos de fato e de direito a seguir expostos:

## 1 - GRATUIDADE DA JUSTIÇA

### Preliminarmente:

#### a) Das publicações

Requer que todas as intimações e publicações sejam feitas em nome deste patrono INALDO LINS DA ROCHA, OAB/ PE 33.661-D, sob pena de nulidade.

#### b) Da gratuidade da justiça

Requer que sejam concedidos os benefícios da Lei n. 1.060/50, gratuidade de justiça, declarando sob as penas da lei que não se encontra em condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem incorrer em prejuízo próprio, bem como de sua família, conforme declaração de pobreza em anexo (Doc. 02).

Veja-se que as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, com o reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira através de advogados particulares.

Destaque-se que o STF já se posicionou sobre a matéria, vejamos:

"A simples declaração de miserabilidade jurídica por parte do interessado é suficiente para a comprovação desse estado, nos termos do artigo 4º, § 1º da Lei



(81) 3675-3714 | (81) 9.8749-4527



Rua Dom Luiz, 252, 1º Andar - Centro  
Barreiros - PE - CEP: 55560-000



www.linsrocha.adv.br





Lins Rocha  
ADVOCADOS

1060/50"(STF-RE 205.029-RS-DJU de 07.03.97)."1.4Cabe ainda destacar que o Colendo do TJPE vem decidindo de ofício pela concessão da gratuidade pela simples declaração, vejamos recente decisão nos autos do Agravo de Instrumento nº 11285-78.2018.8.17.9000, originário de sede e juízo, onde se declara que a simples afirmação milita em favor do autor, assim como que o fato de estar se dando patrocinado por advogado particular não deve ser óbice à concessão do benefício. Pedem-se para transcrever trecho da referida decisão:(...)

'5ª CÂMARA CÍVEL -Agravo de Instrumento nº 11285-78.2018.8.17.9000 Agravante: MICHELINE LUCIA DA SILVA IRINEU Agravado: JAIRO SALES DOS NASCIMENTO-Relator: Des. José Fernandes de Lemos"(...) PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. SIMPLES AFIRMAÇÃO. CABIMENTO. (...) 2. Esta Corte Superior de Justiça é firme no entendimento de que, para a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, basta a afirmação de pobreza pela parte, somente afastável por prova inequívoca em contrário, inexistente na espécie. (...) 4. Agravo regimental improvido. (STJ, AGRESP 201000796142, HAMILTON CARVALHIDO -PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:21/10/2010)Também, como cediço, é insuficiente, à denegação do benefício, o simples fato da autora/agravante ser assistida por advogado particular, nos termos do que, expressamente, dispõe o art. 99, §4º, do CPC/2015.



(81) 3675-3714 | (81) 9.8749-4527



Rua Dom Luiz, 252, 1º Andar - Centro  
Barreiros - PE - CEP: 55560-000



www.linsrocha.adv.br



## II- DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Considerando a natureza da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT segundo a qual, de regra, somente surge a possibilidade de acordo entre as partes após a realização da perícia, e que a não designação de audiência prévia não acarreta prejuízo processual às partes (art. 283, parágrafo único, CPC/2015), ante a possibilidade de transacionar a qualquer momento e atenta ao Princípio da duração razoável do processo (arts. 4 e 139, II, CPC/2015), **requer a dispensa a realização da audiência prevista no art. 334, CPC/2015 a se designar após juntada do laudo médico pericial.**

### 2. DOS FATOS:

**2.1** O AUTOR foi vítima de acidente de trânsito em 13/01/2019, conforme boletim de ocorrência e demais documentos em anexo, quando estava conduzindo uma motocicleta quando um veículo desconhecido colidiu com sua motocicleta jogando-o violentamente contra o asfalto.

**2.2** O AUTOR foi socorrido para o Hospital (Evolução clínica, despesas médicas, receituário bloco cirúrgico, registro bloco cirúrgico, registro do acidente, resumo hospitalar, triagem de risco em anexo). Conforme laudos em anexo, sofreu várias lesões, entre as quais **fratura exposta da perna esquerda**.

**2.3** O acidente comprometeu suas atividades diárias - remuneradas e não remuneradas - uma vez que, por conta do acidente, o AUTOR não consegue mais levar uma vida normal. Sente muitas dores de cabeça, tonturas, etc.



(81) 3675-3714 | (81) 9.8749-4527



Rua Dom Luiz, 252, 1º Andar - Centro  
Barreiros - PE - CEP: 55560-000



www.linsrocha.adv.br



**2.4** Assim, o acidente causou ao AUTOR incapacidade para ocupações habituais de caráter temporário, não restando outro meio a não ser propor a presente demanda para assegurar o direito à indenização.

### 3. DO DIREITO

**3.1 DO INTERESSE DE AGIR** (Via administrativa inadequada - Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças)

**3.2** Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

**3.3** Dessa forma, a parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial.

**3.4 NO MÉRITO:** A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o *Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT*. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de tornar mais efetiva ao fim que se destinava.



**3.5** O seguro obrigatório, como é comumente conhecido, é um seguro especial de acidentes pessoais, decorrente de uma causa súbita e involuntária, destinado às pessoas transportadas ou não, que porventura venham a ser lesionadas por veículos em circulação.

**3.6** Na lição de Sérgio Cavalieri Filho, pode-se dizer que o seguro obrigatório deixou de ser caracterizado como um seguro de responsabilidade civil do proprietário, para se transformar em um *seguro social* em que o segurado é indeterminado, ó se tornando conhecido quando da ocorrência do sinistro, ou seja, quando assumir a condição de vítima de um acidente automobilístico. Segundo o autor, o proprietário do automóvel, ao contrário do que ocorre no seguro de responsabilidade civil, não é o *segurado*, e sim o *estipulante em favor de terceiro*.

**3.7** Sob esta interpretação, pode-se dizer, ainda conforme o precitado autor, que não há um contrato de seguro propriamente dito, e sim uma obrigação legal, um seguro de responsabilidade social imposto por lei, para cobrir os riscos da circulação dos veículos em geral.

**3.7** A cobertura do seguro obrigatório abrange todos os danos pessoais sofridos, inclusive os sofridos pelo próprio segurado. O seguro prevê indenização nos casos de: morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares.

**3.8** Conforme preceitua o art. 5º da Lei nº 6.194/1974, de 19/12/1974: "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado".

**3.9** O artigo 3º daquele diploma legal, foi alterado pelo art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, que passou a estipular os seguintes valores a serem cobertos pelo seguro. Vejamos:



Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada.

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - ATÉ R\$ 13.500,00 (mil e quinhentos reais) -no caso de invalidez permanente;

III - ATÉ R\$ 2.700,00(dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

**3.10** Resta claro e provado que não foi pago a parte autora o valor a que teria direito, e, assim sendo, impõe-se a condenação da RÉ ao pagamento integral do valor do seguro, conforme estabelecido no art. 3º e seus incisos da Lei 6.194/1974:

APELAÇÕES CÍVEIS - SEGURO DPVAT - DIFERENÇA DEVIDA - PAGAMENTO REALIZADO A MENOR NA ESFERA ADMINISTRATIVA - PRESCRIÇÃO INEXISTENTE - RECÁLCULO DO VALOR DEVIDO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSOS CONHECIDOS COM PARCIAL PROVIMENTO DO PRIMEIRO E NÃO PROVIMENTO DO SEGUNDO. - Em obediência à hierarquia das normas e ao princípio da legalidade, não possui o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) ou a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) competência para fixar e/ou limitar o valor da indenização para o seguro DPVAT. - Em obediência ao princípio do 'tempus regit actum', a concessão da indenização do seguro DPVAT está atrelada aos requisitos previstos na legislação de regência vigente no momento do acidente automobilístico. - A ausência à época de parâmetros para quantificar valores, não autoriza a fixação da indenização em seu teto máximo, pois a palavra "até", constante do art. 3º, b, da Lei n.º 6.194/74, em sua redação primitiva, impõe ao juiz o dever de julgar com razoabilidade e equidade, adaptando a regra



(81) 3675-3714 | (81) 9.8749-4527



Rua Dom Luiz, 252, 1º Andar - Centro  
Barreiros - PE - CEP: 55560-000



www.linsrocha.adv.br



existente, mesmo que lacunosa, à situação concreta, observando-se os critérios de justiça, sob pena de se ferir os preceitos insculpidos no art. 4º, da LINDB, e art. 126, do CPC. Súmula n.º 474, do STJ. - O prazo prescricional para cobrança do seguro obrigatório encontra-se regulado pelo inciso IX, do parágrafo terceiro, do artigo 206, do Código Civil de 2002, tratando-se de seguro de responsabilidade civil (objetiva) obrigatório. Súmula 405, do Superior Tribunal de Justiça. Prescrição trienal não reconhecida, pois o lapso temporal que medeia a data do recebimento parcial da verba indenizatória e a data do ajuizamento da ação é inferior a 03 (três) anos. - Recebida administrativamente a indenização a menor, o valor da diferença deve ter por base o salário mínimo vigente à época do pagamento realizado a menor, eis que fora o salário utilizado para se calcular o pagamento efetivado, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei n.º 6.194/74, e, a partir desta data, acrescido de correção monetária pelo índice da CGJ/MG, além de juros de mora, contados a partir da citação. - Sucumbência recíproca. Custas e honorários proporcionais.

(TJ-MG - AC: 10687090726823001 MG, Relator: Corrêa Camargo, Data de Julgamento: 23/04/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/04/2013)

**3.11** Ademais, o seguro obrigatório - ao contrário dos demais contratos desta natureza - é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em Lei.

**3.12** A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

**3.13** É de se destacar, por imperioso, o recibo de quitação é sempre lavrado em termos genéricos, não podendo liberar o devedor, notadamente em razão do valor indenizatório estar estabelecido por lei, como notadamente presente, como já decidiu inclusive a n. 10ª câmara do E. 1º TACSP nos autos a apelação 719.238-7, cuja ementa a seguir transcrevemos:



(81) 3675-3714 | (81) 9.8749-4527



Rua Dom Luiz, 252, 1º Andar - Centro  
Barreiros - PE - CEP: 55560-000



www.linsrocha.adv.br



"Seguro obrigatório - responsabilidade civil - acidente de trânsito - fixação do valor imposto por lei não podendo ser objeto de transação entre as partes - proteção do segurado que é a parte mais fraca no contrato - invalidade da quitação por valor menor que o da indenização por força de tal princípio - determinação da sentença para que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação - cobrança procedente improvido.

#### ACORDÃO

Seguro obrigatório por acidente automobilístico - Valor fixado é imposto por lei e não pode ser objeto de transação entre as partes. Norma visa proteger o segurado que é a parte mais fraca do contrato. Quitação dada por valor menor que o da indenização não tem validade por força de tal princípio - correto a determinação contida na indenização que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação. Apelação desprovida".

## 4. DOS PEDIDOS

4.1 Diante do exposto, requer-se à Vossa Excelência:

- a) Os benefícios da justiça gratuita;
- b) A citação da ré para, querendo, oferecer contestação no prazo legal;
- c) A procedência dos pedidos para a condenação da Ré base na indenização prevista pela lei nº 6.194/74 e demais legislações aplicáveis a espécie, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos);
- d) Condenação da ré nas custas e despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios a serem fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- e) A nomeação de médico para proceder à perícia médica;



(81) 3675-3714 | (81) 9.8749-4527



Rua Dom Luiz, 252, 1º Andar - Centro  
Barreiros - PE - CEP: 55560-000



www.linsrocha.adv.br





f) A realização da audiência de tentativa de conciliação após juntada da perícia médica:

**4.2** Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, e em especial pelo depoimento pessoal da RÉ, perícia, oitiva de testemunhas e tudo mais que se fizer necessário para o julgamento desta ação.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para meros efeitos fiscais.

Barreiros/PE, 29 de maio de 2019.

**Inaldo Lins da Rocha**  
OAB/PE 33.661-D



(81) 3675-3714 | (81) 9.8749-4527



Rua Dom Luiz, 252, 1º Andar - Centro  
Barreiros - PE - CEP: 55560-000



www.linsrocha.adv.br





## Atestado Médico

Paciente EUCLIDES ALVES DOS SANTOS

Atesto para os devidos fins que o(a) paciente acima nominado(a) foi atendido(a) neste serviço no dia 14/01/2019.

Necessitando de 15 (quinze) dias de afastamento de suas atividades laborais e/ou escolares.

Cabo de Santo Agostinho, 18 de janeiro de 2019.

Dra. Mariana S. de Almeida Araújo  
Médica  
CREMEPE: 26413 CRM-PB 10287

DR. MAVINIER MENDES DE OLIVEIRA  
CRM: 18569

\*Os médicos somente podem fornecer atestados com diagnóstico codificado ou não quando por justa causa, exercício de dever legal, solicitação do próprio paciente ou de seu representante legal.

Parágrafo único. No caso da solicitação de diagnóstico, codificado ou não, ser feita pelo próprio paciente ou seu representante legal, esta concordância deverá estar expressa no atestado. Portanto, o médico não está obrigado a colocar o diagnóstico ou CID-10 no atestado médico, salvo pelas razões supracitadas.

## Fisioterapia

Data do atendimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Paciente:

EUCLIDES ALVES DOS SANTOS

Solicito Fisioterapia motora

Indicação clínica:

FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA PERNA ESQUERDA

Nº vinte (20) sessões

Cabo de Santo Agostinho, 18 de janeiro de 2019

Dra. Mariana S. de Almeida Araújo  
Médica  
CREMEPE: 26413 CRM-PB 10287

DR. MAVINIER MENDES DE OLIVEIRA  
CRM: 18569



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 082ª CIRCUNSCRIÇÃO - SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE -  
DP82ªCIRC DINTER1/13ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0172000076**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **25/01/2019** às **14:04**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)** que aconteceu no dia **13/1/2019** às **19:30**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICIPIO DE SAO JOSE DA COROA GRANDE, 01** - Bairro: **CENTRO** -  
**SAO JOSE DA COROA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR/AGENTE)  
EUCLIDES ALVES DOS SANTOS (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): EUCLIDES ALVES DOS SANTOS  
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHECIDO

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

**EUCLIDES ALVES DOS SANTOS (presente ao plantão)** - Sexo: **Masculino** Mãe: **ALDECI ALVES DE MOURA**  
Pai: **LUIZ EUCLIDES DOS SANTOS** Data de Nascimento: **15/5/1994** Naturalidade: **BARREIROS / PERNAMBUCO /**  
**BRASIL** Documentos: **40970903804 (CPF)** Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Escolaridade: **2º. GRAU INCOMPLETO** Profissão:  
**OUTRAS PROFISSOES** Telefones Celulares:  
**- 991267178**

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE SAO JOSE DA COROA GRANDE, 01, RUA DO CAMPO, S/N, BAIRRO LIVIO**  
**TENORIO, SAO JOSE DA COROA GRANDE / PE - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - SAO JOSE DA COROA**  
**GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL**

**DESCONHECIDO (não presente ao plantão)** - Sexo: **Desconhecido** Naturalidade: **NÃO INFORMADO /**  
**PERNAMBUCO / BRASIL**  
Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE SAO JOSE DA COROA GRANDE, 01 - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO -**  
**SAO JOSE DA COROA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTO (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **EUCLIDES ALVES DOS SANTOS**, que estava em posse do(a) Sr(a):  
**EUCLIDES ALVES DOS SANTOS**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150 FAN MIX ESDI** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PFU4976** (PERNAMBUCO/SAO JOSE DA COROA GRANDE) Chassi: **9C2KC1680CR453054**  
Ano Fabricação/Modelo: **2012/2012** Combustível: **ALCO/GASOL**

25/01/2019 14

**CARRO (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

Categoria/Marca/Modelo: **AUTOMOVEI/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **LARANJA** Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **NAO** (PERUAMBUCO/NÃO INFORMADO)

### Complemento / Observação

**AFIRMA A VITIMA POR NOME EUCLIDES ALVES DOS SANTOS QUE ESTAVA CONDUZINDO O VEICULO MOTO DE PLACA PFU 4976, DE COR PRETA E MODELO CG 150CC, QUANDO UM VEICULO DE MARCA E MODELO NAO INDETIFICADOS ATRAVESSOU REPENTINAMENTE A FAIXA DE ROLAMENTO SEM SINALIZAR NAS PROXIMIDADES DA ENTRADA DESTA CIDADE DE SAO JOSE DA COROA GRANDE, QUE A VITIMA NAO TEVE REACAO DE FREADA E HOUE A COLISAO, QUE NO ATO O CONDUTOR DO VEICULO AUTOR DO FATO EVADIU-SE DO LOCAL E A VIITMA FOI SOCORRIDA POR POPULARES AO HOSPITAL MUNICIPAL DESTA CIDADE E POSTERIORMENTE TRANFERIDO A OUTRA UNIDADE HOSPITALAR COM LESOES NA TIBIA DA PERNA ESQUERDA E ESCORIAOES PELO CORPO. SEM MAS ENCERRO ESTE BO.**

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

*Euclides Alves dos Santos*

**EUCLIDES ALVES DOS SANTOS**  
(VITIMA)

B.O. registrado por: **LUCIANO DE FRANCA DA SILVA** - Matrícula: **297068-6**



Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902  
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Ins. Est. 0005943-93 | [www.celepe.com.br](http://www.celepe.com.br)

### DADOS DO CLIENTE

ALDECIR ALVES DE MOURA

CPF: 108.259.348-69

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

SI CUNHA, 6

### CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
081874188	ÚNICA	13/05/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
13/05/2019	2011173146	3552034

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7005803831	05/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREPARAÇÃO PROXIMA LEITURA
20/05/2019	11/06/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	
	179,57

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	194,0000000	0,78074857	151,46
Acréscimo Bandeira AMARELA			1,13
Contrib. Ilum. Pública Municipal			20,14
Multa por atraso-NF 053998353 - 14/03/19			2,79
Juros por atraso-NF 053998353 - 14/03/19			2,08
Atualização IGP-M-NF 053998353 - 14/03/19			1,98
TOTAL DA FATURA			

TOTAL DA FATURA

179.57

## DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
Nº19660	CAT	11-04-2019	19.192,00	13-05-2019	19.386,00	32	1,00000		194,00

**HISTÓRICO DE CONSUMO**

ANO	CONSUMO (MWh)	ICMS	PIS	COFINS
MAI 19 1974	194			
ABR 19 1980	194			
MAR 19 1986	186			
FEV 19 1988	168			
JAN 19 1987	167			
DEZ 19 1980	180			
NOV 19 1971	171			
OUT 19 1985	165			
SET 19 1980	140			
AGO 19 1985	145			
JUL 19 1983	143			
JUN 19 1989	169			
MAI 19 1988	168			

**COMPOSIÇÃO DO CONSUMO**

COMPOSIÇÃO	R\$	%
Geração de Energia	48,28	31,85%
Transmissão	5,40	3,54%
Distribuição (Cabo)	32,78	21,48%
Perdas de Energia	10,32	6,78%
Enargos Setoriais	7,70	5,05%
Tributos	48,10	31,52%
Total	162,69	100%

**IMPACTOS APLICADOS**

Consumo Atualizado: 0,3469719

**RESUMO GERAL**

DEBS 3500 BFG 42 4346 42 23 DE 19 7724 0018

### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

[illegible]

ATENÇÃO! A CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

EMATE 15 DIAS DESPUES EXISTENTES CARRERA CURRY

Vencido	Declarado	Valor	Vencido	Declarado	Valor
18/04/19	13/05/19	164,19			

Este comunicado NÃO substitui avisos de débitos anteriores e NÃO contempla débitos em depósito judicial. Caso a suspenção do fornecimento por falta por falta de pagamento, possa ocorrer o encerramento do contrato, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 66 REN 414/ANEL. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

Não existem dados de 2016 e ainda anteriores. Esta declaração sustenta, para comprová-lo, o compromisso das organizações em compreender, ao longo das suas atividades, os impactos sociais e ambientais mencionados (Art. 4º, Lei 12.037/09). Esta declaração não se refere apenas às partes interessadas afetadas, mas também às atividades de gestão que tenham um impacto social e ambiental, e não apenas às atividades de gestão que tenham um impacto social e ambiental.

#### DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES

	VALOR APROVADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
DIC	2,91	6,03	12,06	24,12
FAC	1,06	3,42	6,85	13,70
OMC	2,98	3,54	0,00	0,00

Limite DICR: 12,22

EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 55,50

Limite DICRT: 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 55,50

### NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

**AUTORIZADO POR RESOLUCIÓN ESPECIAL.**

CONTA CONTRATO	MES/ANO	DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
7003603831	05/2019	20/05/2019	130,53

83860000001-879570011007-1 00580383110-3 13977391773-1



Assinado eletronicamente por: INALDO LINS DA ROCHA - 29/05/2019 17:45:24

<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052917452425100000045225770>

Número do documento: 19052917452425100000045225770

Num. 45922936 - Pág. 1



**Lins Rocha**

ADVOCADOS

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Termo de Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios que fazem **INALDO LINS DA ROCHA** e **EUCLIDES ALVES DOS SANTOS** na forma abaixo: **I - CONTRATANTE(S):** **EUCLIDES ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, graniteiro, e portador do RG sob nº 44.175.626-8 SSP/SP, CPF nº 409.709.038-04, e residente e domiciliado no Sítio Cunha, s/n, Livio Tenório, São José da Coroa Grande/PE CEP:55565-000. Telefone: (81)98975-1149. **II - CONTRATADO:** **INALDO LINS DA ROCHA**, com sede na Rua Dom Luiz, 252-A, - Centro, Barreiros/PE CEP: 55560-000 - Barreiros - Estado de Pernambuco, aqui denominado CONTRATADO. **III - OBJETO DO CONTRATO:** O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços profissionais do CONTRATADO na defesa dos direitos do (a) CONTRATANTE (s), ação de indenização de seguro DPVAT, bem como a defesa de ações impetradas pela mesma em face deste mesmo contrato. **IV - VALOR DO CONTRATO:** Acertam as partes que o CONTRATANTE pagará como honorários, os valores abaixo estipulados: a) 30% sobre o valor do acordo ou condenação. Todos os valores, acima citados, serão corrigidos monetariamente anualmente, quando de sua cobrança, pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), ou outro índice que venha suceder-lhe; c) No caso de inadimplência em qualquer das parcelas citadas no item a, resultará na multa contratual de 10% (dez por cento), honorários de 20% (vinte por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês; d) Faculta-se ao CONTRATADO renunciarem aos poderes conferidos na (s) procuração (s), em caso de atraso nas parcelas ou infração contratual, por ser este um motivo justo para tal acontecimento. e) Os honorários advocatícios de sucumbência pertencem exclusivamente ao CONTRATADO. f) Existindo necessidade de atuação em sede de Tribunal em face Recurso interposto pela parte Autora ou Ré, do Reclamante ou do Reclamado, e/ou a Ação tenha, por reexame necessário ou por quaisquer outros motivos, que tramitar em segundo grau de jurisdição, acrescentar-se-á aos honorários contratuais avençados o percentual de 5% (cinco) por cento sobre o acordo, condenação e/ou sobre o proveito econômico obtido no feito. **V - COMPROMISSOS:** a) O CONTRATADO se compromete a zelar pelos interesses do CONTRATANTE (s); b) O CONTRATANTE serão representado no processo pelos advogados constante do instrumento procuratório que lhe for outorgado. No caso do CONTRATADO necessitar afastar-se por algum período desta Comarca, ou mesmo ofertarem os préstimos em outra (s) Cidades (s), o CONTRATANTE(s) autoriza, desde já, o subestabelecimento dos poderes conferidos pela devida procuração, ficando, entretanto, sob a responsabilidade, única e exclusiva do CONTRATADO a remuneração destes profissionais; c) O CONTRATANTE (s) deverão remeter os documentos solicitados pelo CONTRATADO, não restando ônus a este pela ausência da remessa dos documentos necessários à causa na data aprazada; d) Os serviços auxiliares e correlatos, que não exijam a atuação do CONTRATADO, poderão ser feitos por terceiros e serão pagos pela CONTRATANTE(s), desde que haja, antes, um comunicado e autorização desta, salvo quando determinado pelo Juiz da causa, onde será um ônus do (s) CONTRATANTE(s); Perícia (Recálculo da Dívida), por conta da CONTRATANTE(s). e) As custas e demais despesas judiciais ou extrajudiciais correrão por conta exclusiva do(a) CONTRATANTE(s), que será o único responsável pelas consequências do não pagamento das mesmas nas épocas oportunas; f) Os honorários de sucumbência pagos pela(s) parte(s) adversa da questão pertencem exclusivamente ao CONTRATADO, que podem cobrar de forma conjunta ou isoladamente; g) Faculta-se ao CONTRATADO considerarem rescindido o presente contrato - mediante comunicação prévia -- e, por tal motivo, vencidos e imediatamente exigíveis os honorários previstos no item IV(Valor do Contrato), como se a CONTRATANTE (s) fosse vencedora na ação: (i) na hipótese do(S) CONTRATANTE (s) vir a fazer acordo com a parte adversa sem o concurso do CONTRATADO; (ii) se cassada(s) a procuração (s) outorgada, de forma imotivada; (iii) se o CONTRATANTE (s) pedir recuperação judicial ou tiver sua falência decretada; (iv) se o CONTRATANTE (s) deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas neste contrato e não remediar o descumprimento dentro de (03) três dias, contados da data que lhe seja dado ciência (por qualquer forma), ressalvado o previsto no item (vi) abaixo; (v) se o CONTRATANTE (s) deixa de realizar algum pagamento devido aos CONTRATADOS por prazo superior a 60(sessenta) dias; (vi) caso o CONTRATANTE (s) resolva não prosseguir por motivos pessoais ou que independam da vontade, ou mesmo contratando novo(s) Advogado (a) para a(s) causa(s) aludida(s) neste contrato, deduzindo-se, na hipótese, os valores eventualmente pagos; h) o CONTRATADO fica autorizado a receber valores, da parte contrária ou de terceiro, relacionados com o objeto exclusivo deste Contrato, devendo, para tanto, levar ao conhecimento do (s) CONTRATANTE(s), imediatamente; i) havendo necessidade ou assim requerendo o CONTRATANTE (s), as viagens para acompanhamento de recursos junto aos Tribunais Superiores e Regionais, serão feitas por via aérea, correndo as passagens, bem assim todas as despesas de alimentação e diárias de hotel por conta da mesma. O presente pacto na compreende a eventual necessidade de sustentação oral que, havendo interesse por parte dos CONTRATANTE (s) deverá manifestar-se e concretizar contrato específico para esta finalidade, com acerto de nova verba honorária específica; j) o não exercício ou a demora, por uma das partes, em exercer algum direito relativo a este contrato não será tida como renúncia a esse direito por essa parte ou como alteração deste contrato; l) em caso de figurar mais de um CONTRATANTE (s) no presente contrato, estes serão devedores solidários um dos outros(CC, art. 275); m) fica acertado entre as partes que as informações prestadas entre as mesmas serão consideradas confidenciais e deverão ser mantidas em absoluto sigilo por ambas. Sobre tudo no que tange aos trabalhos técnico-jurídicos desenvolvidos pelo CONTRATADO a (os) CONTRATANTE(s) deverá manter sob o mais absoluto sigilo perante terceiros, inclusive do teor do presente contrato. A obrigação de confidencialidade disposta nesta cláusula perdurará mesmo após o término, rescisão ou extinção do presente contrato; **VI - DAS COMUNICAÇÕES:** a) Todas as comunicações e notificações entre as partes relativas a este contrato deverão ser feitas por escrito, fax ou telegrama, destinadas aos endereços abaixo citados: Para o CONTRATADO: Rua Dom Luiz, 252-A, Centro - Barreiros - Pernambuco; Para o (a) CONTRATANTE e residente e domiciliado no Sítio Cunha, s/n, Livio Tenório, São José da Coroa Grande/PE CEP:55565-000. (b) as comunicações serão consideradas recebidas: (i) quando enviadas por escrito, no momento de seu recebimento por quem se apresente a recebê-la no endereço ora mencionado; (ii) se enviadas por fax, no momento em que for confirmada a transmissão; (iii) em caso de mudança de endereço, tacitamente terá ciência aquele que ausentar-se sem avisar a outra parte contratante, arcando com o este ônus e nada podendo alegar neste tocante em seu proveito. **VII - DO FORO:** Para a solução de questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Barreiros - PE. E por estarem justas e acertadas, assinam o presente em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02(duas) testemunhas instrumentárias.

Barreiros - Pernambuco, 14 de Maio de 2019.

**Inaldo Lins da Rocha**  
Contratado

Testemunha

**EUCLIDES ALVES DOS SANTOS**  
Contratante

Testemunha

675-3714 | (81) 9 8740-4527

Rua Dom Luiz, 252, 1º Andar - Centro  
Barreiros - PE - CEP: 55560-000



www.linsrocha.adv.br

obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las. Atenda às recomendações dos membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Converse e discussão no trabalho predisponem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflicta sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Parte a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la. Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número

55242 Série 000053



*Euclides Alves da Silva*

ASSINATURA DO PORTADOR

